
RELATO DE EXPERIÊNCIA

Banco solidário de alimentos: proposição de intervenção contra a insegurança alimentar no cenário da pandemia do novo coronavírus

Solidary food bank: intervention proposal against food insecurity in the scenario of new coronavirus pandemic

Marlus Henrique Queiroz Pereira

Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)/Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), E-mail: marlus.pereira@ufob.edu.br

Maria Luiza Amorim Sena Pereira

Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)/Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), E-mail: maria.pereira@ufob.edu.br

Maria del Carmen Bisi Molina

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), E-mail: maria.molina@ufes.br

Sandra Maria Chaves dos Santos

Universidade Federal da Bahia (UFBA), E-mail: sandra.mchaves@gmail.com

Resumo: A pandemia causada pelo coronavírus impacta diretamente na saúde devido à crescente hospitalização e mortalidade, porém também tem repercussões em outras áreas, com elevação do desemprego, redução da renda e, conseqüentemente, no aumento da pobreza, da Insegurança Alimentar (IA) e da fome. Este trabalho objetiva propor a criação de um Banco Solidário de Alimentos (BSA), como uma estratégia de enfrentamento da IA para atenuar os efeitos socioeconômicos da pandemia e subsidiar a sua inclusão, como alternativa, na agenda pública. A estratégia foi elaborada pelos autores e apresentada ao coletivo Agir pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Bahia, que prevê uma articulação entre diversos setores da sociedade. Após ser considerada compatível com os objetivos do coletivo e factível, a proposta tem sido divulgada e defendida junto às instâncias de interesse. O BSA pode ser reconhecido como uma ferramenta para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente para populações vulneráveis durante a pandemia e tem a capacidade de minimizar perdas e desperdício de alimentos, por meio de uma rede colaborativa. Ressalta-se que o comprometimento da gestão pública e a participação popular são decisivos para o alcance dos objetivos da estratégia.

Palavras-chave: Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação; Segurança Alimentar e Nutricional; SARS-CoV-2.

Abstract: The pandemic originated by coronavirus has straight impact on health due to the increasing hospitalization and mortality, but it also promotes repercussions in other fields, as causing raise in unemployment rate, reduced income and, therefore, increased poverty, Food Insecurity (FI) and hunger. This work aims to propose the creation of a Solidary Food Bank (SFB), as a strategy to face FI in order to mitigate socioeconomic effects of the pandemic and subsidize its inclusion as an alternative in public agenda. The strategy was formulated by the authors and presented to the collective Acting for the Sovereignty and Food and Nutrition Security in Bahia State, which establishes an articulation among different sectors of society. After being considered compatible with collective objectives and achievable, the proposal has been disclosed and argued with the bodies of interest. The SFB can be recognized as a tool to promote Food and Nutritional Security, especially for vulnerable populations during the pandemic and has the ability to minimize food losses and wastage, through a collaborative network. It is emphasized that the commitment of public management and popular participation are decisive for achieving the goals of this strategy.

Keywords: Nutrition Programs and Policies; Food and Nutrition Security; SARS-CoV-2.

Recebido em: 20/08/2020

Aprovado em: 31/12/2020



INTRODUÇÃO

No Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é entendida como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (BRASIL, 2006). A compreensão desse conceito frente a um cenário pandêmico, tal qual vivenciado no momento, em decorrência da rápida expansão do coronavírus, tende a mobilizar diversos setores da sociedade, no sentido de garantir e promover o direito à alimentação. O conceito de SAN torna-se mais complexo, pois prevê também práticas alimentares saudáveis, adequadas ao contexto cultural e que sejam sustentáveis (BRASIL, 2006).

Anterior ao cenário pandêmico no Brasil, a mobilização do governo, que representou uma década de avanços sociais, fez a prevalência da Insegurança Alimentar (IA) reduzir entre 2004 e 2013. Isso significa que na maioria dos lares não havia risco de escassez de alimentos, o que fez com que o país deixasse de constar do mapa da fome (IBGE, 2014; KEPPLER et al, 2015). Tal condição se deu em decorrência do desenvolvimento de programas e políticas públicas voltados à promoção da SAN, como o Programa Bolsa Família, a Estratégia de Saúde da Família, e os equipamentos públicos de SAN (PEREIRA et al, 2019). No entanto, o país experimentou após 2015 retrocessos que o colocaram sob o risco de retornar ao referido mapa, considerando especialmente o desmonte de políticas sociais, o enorme desemprego e aumento da informalidade e das desigualdades (VASCONCELOS et al, 2019).

Diante dos problemas já existentes, e com a pandemia do coronavírus, o impacto para a sociedade é enorme, especialmente para as pessoas que se encontram em maior vulnerabilidade social. Além das inúmeras mortes, esse panorama vem causando também diversos prejuízos econômicos e sociais, que tem repercutido na saúde, qualidade de vida e SAN da população. Tanto a produção de alimentos, quanto o acesso das pessoas foram afetados, impactando diretamente na qualidade e quantidade dos alimentos consumidos, aumentando o número de indivíduos em situação de IA. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está sendo violado, e a fome talvez, tenha alcançado uma magnitude ainda maior em nível global (FREITAS; PENA, 2020; SILVA FILHO; GOMES JUNIOR, 2020).

Diante da análise de possibilidades para mitigar a situação de Insegurança Alimentar experimentada por milhões de pessoas, os Bancos de Alimentos (BA) podem ser citados. Os BA são equipamentos públicos de SAN, que disponibilizam o serviço de captação e/ou recepção e distribuição gratuita de alimentos oriundos de doações dos setores privados e/ou públicos, que seriam desperdiçados, para destiná-los às instituições sociais que atendem pessoas em situação de alta vulnerabilidade social (BELIK; DE ALMEIDA CUNHA; COSTA, 2012).

A fim de minimizar os efeitos da pandemia sobre a alimentação e nutrição, muitas ações surgiram,

tanto por iniciativa do Estado, quanto fomentadas pela sociedade civil organizada (DE AMORIM; JUNIOR; BANDONI, 2020; DE ARAÚJO; CALASANS, 2020; SAMBUICHI et al, 2020).

Nessa direção, emerge a proposta do Banco Solidário de Alimentos (BSA), como forma de enfrentamento para situações de IA que passaram a existir ou se agravaram durante o período de pandemia do coronavírus. Seguindo uma lógica semelhante ao BA, o BSA surge para deslocar os alimentos que seriam desperdiçados na comercialização ou perdidos na cadeia produtiva, para famílias vulneráveis durante esse momento de crise.

O desperdício é definido como o descarte intencional de produtos alimentícios apropriados para o consumo humano, ou seja, alimentos que poderiam ser ingeridos são desprezados, enquanto milhões de pessoas passam fome (FAO, 2013). O Brasil está entre os dez países que mais perdem alimentos no mundo, com cerca de 35% da produção sendo desperdiçada todos os anos (FAO, 2015). Segundo a avaliação de perdas no varejo brasileiro de supermercados, em 2016, só esses estabelecimentos perderam, em faturamento, R\$ 7,11 bilhões em alimentos descartados (ABRAS, 2017).

O BSA mostra-se como uma importante ferramenta para gestores públicos nesse momento de crise, principalmente por criar uma rede solidária de promoção de SAN; promover a alimentação adequada e saudável nesse cenário de pandemia; e reduzir perdas e desperdício de alimentos que ofereçam qualidades sanitárias, sensoriais e nutricionais adequadas para o consumo humano. Assim, o presente artigo objetiva: 1) apresentar a proposição do Banco Solidário de Alimentos como uma estratégia de enfrentamento da Insegurança Alimentar para atenuar os efeitos sociais da pandemia do COVID-19; 2) divulgar e subsidiar a inclusão da proposta nas agendas públicas estadual e municipal.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este artigo refere-se a uma proposta de intervenção elaborada pelos autores, apresentada e, posteriormente, absorvida pelo coletivo autônomo intitulado Agir na crise do coronavírus pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Estado da Bahia (AGIR SSAN/BA).

O grupo foi criado em fevereiro de 2020, depois da chegada do COVID-19 no Brasil, sendo formado por professores, estudantes, profissionais liberais, técnicos, associações, movimentos sociais e pessoas da sociedade civil baiana. A principal motivação para a criação do coletivo, para além dos impactos sobre a saúde, foram as possíveis repercussões sobre a SAN de todos, particularmente de famílias de baixa renda. Assim, o coletivo reuniu-se para, a partir de diferentes saberes e práticas, somar esforços de todos para que os efeitos desse processo não comprometam ainda mais o acesso ao direito à saúde e à alimentação adequada e saudável.

As estratégias dentro do Agir SSAN/BA foram produzidas a partir de grandes eixos temáticos:

alimentação escolar; idosos institucionalizados; população em situação de rua; comunidades tradicionais; comunidades rurais; bolsões de pobreza; assentamentos rurais; e abordagens gerais sobre alimentação e nutrição. O Banco Solidário de Alimentos foi pensado como estratégia de promoção da SAN para populações residentes em bolsões de pobreza, existentes principalmente nos médios e grandes centros urbanos.

A criação do BSA foi inspirada na forma de trabalho dos Bancos de Alimentos, e para isso depende de alguns atores fundamentais para a criação da rede solidária de promoção da SAN, a saber: os estabelecimentos doadores, os bancos de alimentos ou captadores e as entidades distribuidoras. A gestão, implementação, estrutura física, logística e recursos humanos dos Bancos Solidários de Alimentos serão disponibilizados pelas estruturas municipais ou estaduais.

- Doadores: associação/cooperativas de produtores rurais, supermercados, centrais de abastecimentos/feiras livres, entre outros comércios de alimentos, além de bares e restaurantes que tiveram o funcionamento interrompido/reduzido por decretos municipais/estaduais.
- Banco de alimentos ou captadores: os estados e municípios que não apresentem uma estrutura física de Banco de Alimentos, poderão adaptar espaços disponíveis, como os espaços da vigilância sanitária ou as centrais de abastecimento da alimentação escolar.
- Distribuidores: CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), entidades religiosas, entidades filantrópicas, associação de moradores, equipamentos públicos, entre outras instituições-chave.

RESULTADOS

Esse texto apresenta duas abordagens para essa seção: apresentação de uma proposta operacional para implementação do BSA nesse momento de pandemia; e publicização do processo de divulgação/inclusão da estratégia na agenda pública.

Proposta operacional do Banco Solidário de Alimentos

A primeira etapa necessária à implementação do BSA é a criação de um grupo de trabalho intersetorial no município ou estado. É importante que profissionais de diferentes áreas façam parte desse grupo, contribuindo com suas expertises para o andamento do trabalho. A função do grupo é planejar,

coordenar a execução e avaliar a proposta do BSA no âmbito municipal ou estadual.

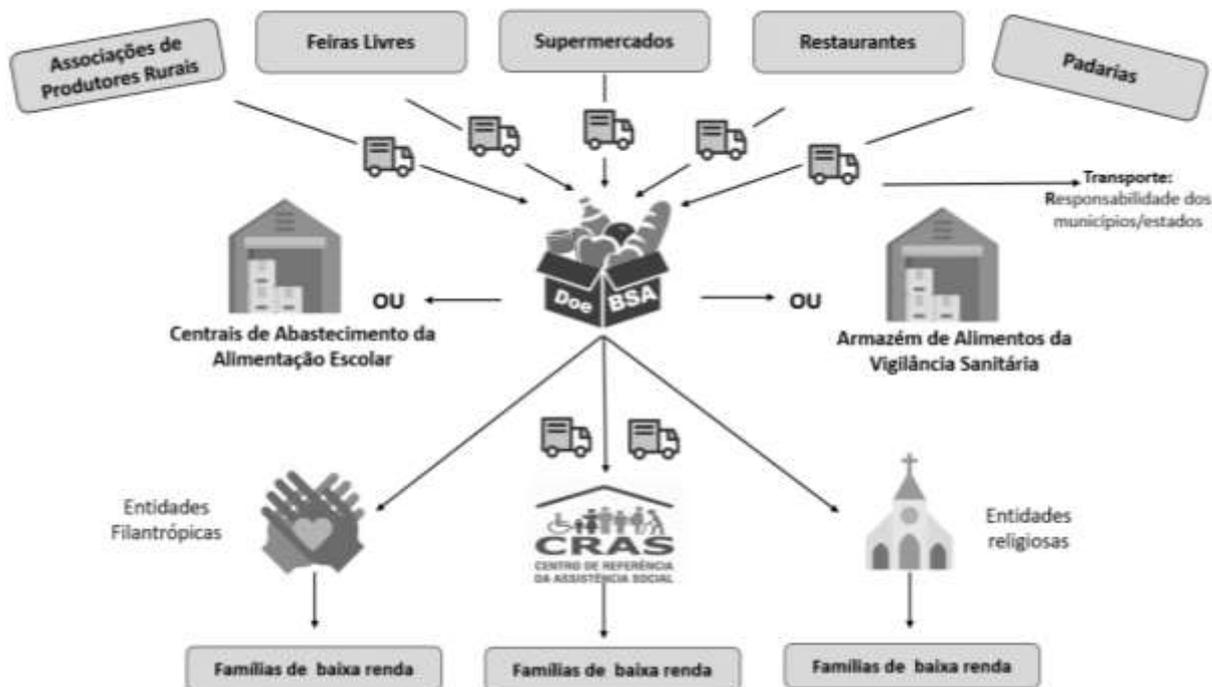
Em seguida, faz-se necessária a definição da estratégia logística, tanto para a recepção dos alimentos doados, quanto para a distribuição para as entidades que irão entregar esses alimentos para famílias de baixa renda. Torna-se necessária a criação ou adaptação de espaços públicos municipais ou estaduais para funcionarem como unidades captadoras e que servirão para armazenamento das doações, sempre levando em consideração as questões sanitárias. Além disso, as prefeituras ou estados precisam disponibilizar os veículos para manutenção do transporte dos alimentos, preferencialmente, com sistema de refrigeração.

Para dar publicidade ao BSA, deverá ser feita uma chamada pública simplificada com fluxo contínuo para captação de estabelecimentos doadores de alimentos. Esse processo deve ser feito via imprensa local, redes sociais e comunicação institucional e é importante a criação de estratégias de adesão, como incentivos tributários para doadores. Concomitante à escolha dos doadores, é realizada indicação das entidades que servirão de pontos de distribuição dos alimentos doados, sendo dada preferência àquelas que apresentem cadastro de famílias com baixa renda. A escolha dos estabelecimentos que farão parte da rede solidária necessita ser atualizada continuamente, a partir da avaliação pelo grupo de trabalho.

Para operacionalização do processo torna-se essencial a elaboração de uma agenda de coleta dos alimentos, sendo que todos os estabelecimentos doadores precisam ser informados com antecedência. Logo após, ocorre a captação dos alimentos pela equipe da prefeitura ou estado e o transporte até o BSA. No banco, os alimentos precisam ser inspecionados, com o objetivo de verificar a qualidade sanitária e nutricional dos alimentos, e após essa etapa, serão liberados para a montagem dos kits de alimentos.

A última etapa dessa rede solidária é a entrega dos alimentos aos estabelecimentos distribuidores, mas para isso torna-se necessária também a elaboração de uma agenda de distribuição dos kits de alimentos para essas entidades selecionadas. Isso será importante para que as famílias beneficiárias possam ser informadas em tempo hábil. Com essa definição, é realizado o transporte até as entidades distribuidoras. Essas entidades farão a gestão da distribuição para as famílias cadastradas, e, portanto, deverão ser tomadas todas as providências com o objetivo de evitar aglomeração de pessoas. Os fluxos operacionais para funcionamento do Banco Solidário de Alimentos encontram-se na figura 1.

Figura 1. Fluxos operacionais dos Bancos Solidários de Alimentos.



Fonte: Elaborada pelos autores

Divulgação e inclusão do Banco Solidário de Alimentos na agenda pública

Após elaboração teórica e detalhamento do fluxo operacional, a proposta do BSA foi apresentada a instâncias administrativas para ser analisada como estratégia a ser inserida na agenda pública do Estado da Bahia. A proposta foi também inserida na pauta municipal da capital, Salvador, e de Barreiras, maior e mais importante município da região Oeste da Bahia.

Em âmbito estadual, a proposta foi entregue, em encontro realizado na capital, ao Comitê Governamental do Estado da Bahia para o enfrentamento do coronavírus, formado por representantes de diversas secretarias do governo, bem como alguns representantes da sociedade civil. Nesse encontro a proposta do BSA integrou a carta aberta à sociedade e a gestores de organizações e instituições públicas e privadas do Estado da Bahia. Esse documento apresentou diversas proposições que surgiram de debates do grupo Agir SSAN/BA. Essa carta também foi encaminhada ao Conselho de SAN do Estado da Bahia (CONSEA/BA).

Em nível municipal, o BSA foi encaminhado para o Comitê de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE), um grupo intersectorial do município de Barreiras, e, em Salvador, ao Conselho Municipal de SAN (COMSEA/SSA). Docentes de Universidades Federais, especialistas no tema e membros do Agir SSAN/BA, fizeram a ponte para a apresentação da proposta do BSA nos referidos municípios.

DISCUSSÃO

As alterações provocadas pela pandemia do COVID-19 no cotidiano das pessoas, causaram

impactos imediatos no sistema agroalimentar mundial, gerando Insegurança Alimentar em muitas populações. Diversos países, durante a quarentena, criaram estratégias para evitar aglomerações que impactaram na cadeia de alimentos, desde a produção até o consumo.

Se por um lado tem-se a busca desenfreada por alimentos, que rapidamente desfalcam os estoques do setor varejista; por outro, percebe-se uma interrupção dessa cadeia, pois em muitos países, estabelecimentos comerciais de refeições e feiras livres foram fechados e os supermercados passaram a implantar regras para limitar o acesso e a aquisição de produtos, a fim de evitar o desabastecimento total (OLIVEIRA; ABRANCHES; LANA, 2020). Além disso, houve aumento do preço de produtos básicos, como arroz, feijão, carne e leite. Assim, para atenuar esses efeitos da crise provocada pelo COVID-19, a estratégia do Banco Solidário de Alimentos, mostra-se como uma ação emergencial para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, especialmente para parte da população que não consegue adquirir alimentos por limitações financeiras.

A população de baixa renda representa o grupo que mais sofrerá com os desdobramentos sociais da pandemia. Estima-se que, no mundo, de 8,8 milhões a 35 milhões de pessoas irão cruzar a linha da pobreza, mesmo que mantenham seus trabalhos (OIT, 2020). Essa é uma perspectiva preocupante no Brasil, tendo em vista a grande parcela da população que vive na informalidade; e com essa redução da renda, haverá mais obstáculos no acesso aos alimentos.

Atualmente, o Brasil dispõe de uma Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, formada por estabelecimentos públicos apoiados pelo Governo Federal; Bancos de Alimentos privados, ligado ao

Serviço Social do Comércio e à Rede do Rio Grande do Sul; e unidades geridas por ONGs (Organizações não Governamentais). Além disso, existem BA ligados a Centrais de Abastecimento (CEASAs) e outros administrados por municípios (BRASIL, 2015).

Mesmo com o atual desmonte e subfinanciamento dos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, Feiras e Mercados Públicos), em 2015, os BA distribuíram 39 mil toneladas de alimentos. Dados mais recentes sobre a magnitude do Programa, apontaram a existência de 86 Banco de Alimentos (apoiados pelo Governo Federal) em funcionamento e 21 em instalação, distribuídos por municípios de grande porte (BRASIL, 2019).

Os Banco de Alimentos são importantes instrumentos no combate à cultura do desperdício de gêneros alimentícios. Para Belik, De Almeida Cunha e Costa (2012), os BA fazem uma transferência de alimentos, por meio do aproveitamento de produtos que perderam a sua importância comercial, mas que mantêm as propriedades nutritivas, sensoriais e qualidade sanitária.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura mostram que em torno de 30% de toda a produção de alimentos no mundo vai parar no lixo, como perda ou desperdício, gerando um prejuízo econômico de US\$ 940 bilhões por ano (ALEXANDRATOS; BRUINSMA, 2012; REZAEI; LIU, 2017). O desperdício, derivado do processo de comercialização e consumo, responde por boa parte da comida que vai para o lixo; junto com as perdas — que ocorrem sobretudo nas fases de produção, armazenamento e transporte (REZAEI; LIU, 2017). No Brasil, cada família desperdiça 128 quilos de alimentos por ano (PORPINO et al, 2018).

Gasparoni (2011) em um relato de experiência sobre a implementação do Banco de Alimentos em um município do Nordeste brasileiro, o coloca como uma importante estratégia de fortalecimento da rede de SAN em âmbito municipal. Para alcançar os objetivos do programa, o BA foi o eixo mobilizador de parcerias entre diversos setores da sociedade, possibilitando um melhor funcionamento da estratégia e um maior alcance de famílias beneficiadas.

Percebe-se que além das doações de alimentos oriundas de perdas e desperdício, os Bancos de Alimentos estão sendo abastecidos por alimentos procedentes da agricultura familiar, adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (TENUTA; TEIXEIRA, 2017). Se por um lado essa prática diminui o impacto do BA sobre a captação de alimentos desperdiçados, por outro, oferece alimentos *in natura*, mais saudáveis e colaboram com os circuitos locais de abastecimento alimentar.

Sobre os desafios dos BA, Costa et al (2014) destacam a necessidade do fortalecimento institucional do programa junto ao poder público; a escolha estratégica para o funcionamento, preferencialmente próximos às Centrais de Abastecimento; e o equilíbrio na captação de alimentos doados e aqueles provenientes do PAA. Particularmente, nesse

momento de pandemia, um dos maiores desafios para a implementação dessa estratégia e de outras para promoção da SAN, é uma desarticulação entre as esferas de poder em relação à tomada de decisões (SILVA FILHO; GOMES JUNIOR, 2020).

O contexto é desafiador, dinâmico e necessitará de uma articulação do poder público, da iniciativa privada e da população contra o coronavírus, inserindo o enfrentamento da Insegurança Alimentar e da fome como prioridades (OLIVEIRA; ABRANCHES; LANA, 2020; ARAÚNO; CALAZANS, 2020; MALUF, 2020).

CONCLUSÃO

O BSA, tal qual desenhado nesse estudo, pode ser compreendido como um importante instrumento para a gestão pública, sobretudo em um momento de crise. A intervenção proposta contribui para promover SAN no contexto da pandemia do COVID-19 e para atenuar o desperdício de alimentos.

Reconhecendo que os últimos anos no Brasil foram de retrocessos e perda de direitos por boa parte da população econômica e socialmente vulnerável e que o país vem implementando uma agenda que não prioriza essa parcela da população, estratégias como o BSA surgem como uma alternativa viável no cenário da pandemia. Tal estratégia emerge da sociedade e reflete necessidades reais que buscam resguardar a vida das pessoas, ainda que de forma emergencial, para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

A implementação do BSA, seja em âmbito estadual, seja em âmbito municipal, encontrará obstáculos, sobretudo decorrentes dos arranjos políticos locais. Aspectos relacionados à logística, disponibilidade de recursos humanos e materiais e articulação intersetorial, também podem ser considerados entraves para o pleno funcionamento da estratégia, conforme descrito no plano teórico. Além disso, especificamente nesse momento, as restrições impostas pelo coronavírus à aglutinação de pessoas podem dificultar, porém sem impedir, a completude do fluxo operacional proposto para o BSA. Entretanto, uma gestão pública comprometida, aliada à participação popular podem contribuir para o alcance dos objetivos da estratégia.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRATOS, N.; BRUINSMA, J. **World agriculture towards 2030/2050: the 2012 revision**. 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-ap106e.pdf>. Acesso em: 12 de Fev de 2020.

ABRAS. Associação Brasileira de Supermercados. **17ª Avaliação de perdas no varejo brasileiro de supermercados**. São Paulo/SP. 2017. Disponível em: http://www.abrasnet.com.br/pdf/Apres_perdas_17.pdf. Acesso em 20 de Fev de 2020.

BELIK, W.B.; DE ALMEIDA CUNHA, A.R.A.; COSTA, L.A. Crise dos alimentos e estratégias para a

redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v.38, p. 107-132, 2012.

BRASIL. Ministério da cidadania. **RI de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2019. Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/mod/index.php?rl=10377&t_div=1&aM=0&codigo=0. Acesso em 21 de Fev de 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Documento da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos**. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/caisan-mds/rede-brasileira-de-bancos-de-alimentos>. Acesso em 15 de Fev de 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 15 Set 2006.

COSTA, L.A. *et al.* Capacidade de resposta de bancos de alimentos na captação, distribuição e redução de desperdício de alimentos. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.38, n.1, p.30-48, 2014.

DE ARAÚJO, F. R.; CALAZANS, D. L. M.S. Gestão das Ações de Segurança Alimentar frente à Pandemia pela Covid-19. **Revista de Administração Pública**, 2020.

DE AMORIM, A. L. B.; JUNIOR, J. R. S. R.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, 2020.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Food wastage footprint: Impacts on natural resources**. 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/018/i3347e/i3347e.pdf>. Acesso em 10 de Fev de 2020.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Food wastage footprint and climate change**. 2015. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-bb144e.pdf>. Acesso em 10 de Fev de 2020.

FREITAS, M. C. S.; PENNA, P. G. L. Fome e Pandemia de Covid-19 no Brasil. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, p. 34-40.2020.
GASPARONI, G.P. Banco de Alimentos como estratégia de fortalecimento da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional em Ubá – MG. In: RedeSAN - FAURGS - UFRGS – MDS, **Equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional**. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2011. p.46-51.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) – Segurança Alimentar e Nutricional 2004-2013**. 2014.

KEPPLE, A.W. *et al.* **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: agendas convergentes**. 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21925>. Acesso em 20 de Fev de 2020.
MALUF, R. S. **Tempos sombrios de pandemia e fome. Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27, p. e020020-e020020, 2020.

OLIVEIRA, T.C.; ABRANCHES, M.V.; LANA, R.M. (In) Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, p 1-6, 2020.

OIT. INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **COVID-19 and the World of Work: Impact and Policy Responses**. 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_738753.pdf. Acesso em 11 de Fev de 2020.

PEREIRA, M.H.Q. *et al.* Segurança Alimentar e Nutricional e fatores associados em municípios baianos de diferentes portes populacionais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.26, p. 1-11, 2019.

PORPINO, G. *et al.* **Intercâmbio Brasil – União Europeia sobre desperdício de alimentos. Relatório final de pesquisa. Brasília: Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil**. 2018. Disponível em <http://www.sectordialogues.org/publicacao>. Acesso em 18 de Fev de 2020.
REZAEI, M.; LIU, B. Food loss and waste in the food supply chain. **International Nut and Dried Fruit Council: Reus, Spain**, p. 26-27, 2017.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, 2020.

SILVA FILHO, O. J.; GOMES JÚNIOR, N. N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00095220, 2020.

TENUTA, N.; TEIXEIRA, R.A. A eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no combate às perdas e desperdícios de alimentos. **Segurança Alimentar Nutricional**, v.24, n.1, p. 53-61, 2017.

VASCONCELOS, F.D.A.G. D. *et al.* Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, v.32, p.1-13, 2019.